



ACÓRDÃO Nº37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10967/2022.

Apensos: Processo nº 11501/2022, 14001/2019 e 11463/2016.

2- Assunto: Recurso Revisão

3- Recorrente: João Ocivaldo Batista de Amorim.

4- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897

5- Unidade Técnica: DICAMI

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6747/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

7- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Recurso Revisão.

Conhecimento. Provimento.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Conhecer do Recurso de Revisão do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama, exercício de 2015, por preencher os requisitos previstos no art. 157 da Resolução nº 04/2002;

8.2. Dar Provimento ao Recurso de Revisão do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, responsável à época pela Prefeitura Municipal de Canutama, diante dos fatos e fundamentos aqui expostos, no sentido de reformar o Parecer Prévio nº 59/2018- TCE-Tribunal Pleno a fim de recomendar ao Poder Legislativo do Município de Canutama, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da EC nº. 15/1995, art. 18, I, da LC nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997, que Aprove com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Canutama, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Senhor João Ocivaldo



ACÓRDÃO Nº37/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Batista de Amorim, Prefeito Municipal de Canutama; Determinar a SEPLENO que encaminhar este Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Carauari, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas; Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens 12; 13; 17.1; 17.2; 17.3; 17.4; 17.5; 17.6; 18.1; 18.2; 18.3; 19.1; 19.2 do Relatório Conclusivo nº 48/2017-DICAMI e itens 22 “c”; 22 “d” do Relatório nº 89/2016- DICREA; **Anule** o Acórdão nº 59/2018-TCE- Tribunal Pleno; Dê ciência as partes.

9- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2023

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

11.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral